

NOTAS EXPLICATIVAS (CONTINUAÇÃO)

investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Administração elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

14. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	2014		2013	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	52	-	65	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	158.358	15.671	145.280	11.465
Outros créditos	-	-	235	-
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	(6.042)	-	(4.138)	-
Convênio prestação de serviços	-	(5.050)	-	(4.010)

(a) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes a 100% do CDI.

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem, ao todo, duas cotas de consórcios de nossa administração, com taxas de administração que variam de 6 a 15,7%.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

15. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:	2014	2013
Curso normal	232.547	181.240
Em atraso	862	644
Em cobrança judicial	746	378
Total	234.155	182.262

16. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S/A Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Relatório dos Auditores Independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2014. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2015.

Eli Pegoraro
Presidente

Astrid Inês Schuster
Conselheira

José Francisco Bernardes Milanez
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **Banrisul S.A. Administradora de Consórcios**

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2015.

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Alvaro Rogério Alencar Silva Diretor - Presidente	José Odair Scorsatto / Luiz Edson da Motta Diretores	Conselho de Administração João Emílio Gazzana - Presidente Daniel Francisquetti - Conselheiro Eduardo Santa Helena da Silva - Conselheiro João Lúcio da Costa - Conselheiro	Kathia Helena Iahnke de Oliveira Contadora - CRCRS - 061075/O
---	--	---	---



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-RS